



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
POLO BARRAS
CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

FRANCISCA DAS CHAGAS GOMES DA SILVA

**FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E ADAPTAÇÃO DE ATIVIDADES: POR UMA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CHÃO DA ESCOLA.**

BARRAS -PI

2023

FRANCISCA DAS CHAGAS GOMES DA SILVA

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E ADAPTAÇÃO DE ATIVIDADES: POR UMA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CHÃO DA ESCOLA.

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Polo Barras.

Orientador: Prof. Dr. Denilson Pereira da Silva

BARRAS -PI

2023

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E ADAPTAÇÃO DE ATIVIDADES: POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CHÃO DA ESCOLA.

Francisca das Chagas Gomes da Silva¹
Denilson Pereira da Silva²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância da flexibilização e adaptação das aulas, atividades e avaliações elaboradas pelos professores da Sala Comum para os alunos com deficiência. Adaptar, adequar, flexibilizar, termos comuns na vida do Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas que às vezes são complexos para o professor de sala comum, principalmente quando este necessita desenvolver uma destas ações pela primeira vez. Conforme a abordagem, a pesquisa será qualitativa. Quanto aos objetivos será exploratória. Em relação aos procedimentos, a pesquisa será bibliográfica. A pesquisa será desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, físicos, virtuais e on-line. A pesquisa irá proporcionar informações relevantes para professores da Sala Comum (Regular), visto que estes compreenderão os conceitos de flexibilização, adaptação, quais critério e tipos utilizados para uma aprendizagem significativa aos estudantes.

Palavras-chave: Adaptação; Flexibilização; Aluno com deficiência; Aprendizagem.

ABSTRACT

This work aims to show the importance of flexibility and adaptation of classes, activities and assessments prepared by teachers of the Common Room for students with disabilities. Adapt, adjust, make flexible, common terms in the life of the Specialized Educational Care Teacher (AEE), but which are sometimes complex for the regular classroom teacher, especially when he needs to develop one of these actions for the first time. According to the approach, the research will be qualitative. As for the objectives, it will be exploratory. Regarding the procedures, the research will be bibliographical. The research will be developed based on material already elaborated, consisting mainly of books and scientific articles, physical, virtual and online. The research will provide relevant information for Common Room (Regular) teachers, as they will understand the concepts of flexibility, adaptation, which criteria and types are used for meaningful learning for students.

Keywords: Adaptation; Flexibilization; Disabled student; Learning.

Data de aprovação: 08/12/23

¹ Graduada em Pedagogia, UESPI. Psicopedagoga, UVA. E-mail: francisca.gomes001@gmail.com.

² Professor do IFPI. Doutor em Educação pela UFPI. E-mail: denilson@ifpi.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Pessoas com deficiência passaram por diversas lutas para reconhecimento dos seus direitos no decorrer do tempo. E consequentemente a Educação Especial e Inclusiva também sofreu modificações até chegar no patamar atual, que apesar de tudo, ainda não é o tão sonhado.

Por muito tempo os alunos com deficiência foram apenas inseridos nas escolas, colocados em uma sala, geralmente fazendo atividades quaisquer e totalmente descontextualizadas da temática da aula.

Com as mudanças nas leis, os direitos foram sendo reconhecidos e ampliados, foram inseridos professores de atendimento educacional especializado, salas de recursos multifuncionais, mudanças nas estruturas físicas das escolas e aos poucos os alunos com deficiência estão conseguindo conquistar seu espaço no âmbito educacional.

No entanto, apesar de tantas mudanças positivas ainda é preciso mudar, melhorar. E uma dessas mudanças diz respeito à flexibilização e adaptação curricular, principalmente adaptação de atividades e metodologias nas salas de aula regular, pois geralmente este estudante tem acompanhamento no AEE e nas SRMs, mas ficam excluídos durante as aulas nas salas regulares, pois não são feitas as devidas adaptações pelos professores.

Isso porque adaptar, adequar, flexibilizar, são termos comuns na vida do Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas que às vezes são complexos para o professor de sala comum, principalmente quando este necessita desenvolver uma destas ações pela primeira vez.

E para alguns professores da sala comum, mesmo não sendo conceitos novos em sua vida profissional, nem sempre é fácil colocá-los em prática, visto que cada discente público-alvo da Educação Especial, apresenta suas especificidades e realidades de vida diferentes, o que exige estudo, pesquisa, compreensão acerca da deficiência e também um bom diálogo entre professor de AEE, para que o educando com deficiência seja acompanhado adequadamente e que sejam realizadas as corretas adaptações e consequentemente haja uma verdadeira inclusão no chão da escola.

Diante das realidades vividas no âmbito da Educação Especial, sobretudo relacionadas aos alunos das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e Atendimento Educacional Especializado (AEE), nota-se a necessidade que os profissionais que atuam nesta área, sentem quanto ao conhecimento da legislação pertinente, quanto à conceituação de adaptação e flexibilização e inclusive sobre a interface que deve acontecer entre professor de AEE e professor da Sala Comum. Assim justifica-se esse artigo, a fim de que sejam sanadas as principais dúvidas acerca destes termos, como também para ressaltar a importância de realizar essa flexibilização e adaptação atividades e avaliações no processo de ensino e aprendizagem do aluno da Educação Especial, para que haja uma verdadeira inclusão para alunos com deficiência.

O presente trabalho tem como objetivo geral mostrar a importância da flexibilização e adaptação das aulas, atividades e avaliações elaboradas pelos professores da Sala Comum para os alunos com deficiência que fazem acompanhamento em Salas de Recursos Multifuncionais e AEE, a fim de que o processo de ensino e aprendizagem do aluno da Educação Especial seja significativo e ocorra de fato a inclusão no chão da escola. E como objetivos específicos, conhecer a Legislação Pertinente à adaptação para Educação Especial, compreender a diferenciação entre os conceitos de Adaptação e Flexibilização e descrever os tipos, Categorias e Critérios de Adaptação, ambos embasados através de levantamento bibliográfico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LEGISLAÇÃO ACERCA DA ADAPTAÇÃO CURRICULAR

A adaptação curricular é um procedimento que deve acontecer no dia a dia da sala de aula e da escola e são essenciais para se alcançar a inclusão dos alunos com deficiência no ambiente escolar. Adaptar atividades, aulas, ambientes e a própria comunicação é algo que deve permear a comunidade escolar e a sociedade como um todo. E esse direito aos estudantes com deficiência está garantido nas leis, entre elas, “o disposto na Lei nº 9.394/96, de 20.12.1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), artigos 58, 59 e 60; na Resolução CNE/CEB nº 04, de 2 de outubro de 2009; na Lei 13.1046/15, de 6 de julho de 2015; na Resolução CEE/PI nº 146/2017. E a nível de estado, na Resolução CEE/PI Nº 146/2017.

Conforme a Resolução CEE/PI Nº 146/2017, no capítulo I, que trata da Educação Especial, é evidente que a educação deve favorecer o desenvolvimento de todos os educandos, sobretudo desenvolver as potencialidades daqueles que tem alguma deficiência, através de um processo pré-definido no projeto político pedagógico, garantido assim estratégias, recursos e serviços especializados a esses estudantes.

O mesmo documento citado, também descreve sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), no capítulo II. O Artigo 6º afirma, que aborda esta temática, afirma que “O atendimento educacional aos estudantes com necessidades educacionais especiais deve ser realizado, preferencialmente, em classe comum do ensino regular, nas etapas e modalidades da Educação Básica. ” (Resolução CEE/PI nº 146/2017, p. 2). Esse artigo evidencia a importância e a atribuição do professor da sala comum (regular) quanto à elaboração da adaptação das aulas, recursos e atividades desenvolvidas nas salas de aula. Sabe-se que nem sempre este profissional está ciente dessa atribuição, acreditando que esse papel se deve apenas ao professor da Sala de Recursos Multifuncionais (SRMs).

E a adaptação em si está descrita logo no Artigo 24, da mesma resolução, onde menciona que as escolas, de acordo com os princípios da educação inclusiva, “devem atender estudantes que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a adequação do currículo e o encaminhamento para o trabalho. ” (Resolução CEE/PI nº 146/2017, p. 4). No qual as instituições escolares devem proporcionar aos estudantes com deficiência a adequação do currículo, e isso inclui tanto as adaptações que acontecem no espaço físico, quanto da sala de aula.

E mais à frente, no artigo 27, é citada que a proposta pedagógica das escolas deve considerar alguns aspectos em relação à adaptação para os estudantes com necessidades educacionais especiais, destacando que “a adequação curricular para os estudantes com necessidades educacionais especiais que apresentam diferenças significativas no processo de aprendizagem em relação a maioria dos estudantes. ” (Resolução CEE/PI nº 146/2017, p. 5). Desta maneira, está clara a importância que a adaptação curricular tem no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência, e a comunidade escolar necessita desenvolver estratégias para divulgação dessa responsabilidade, a fim de que os profissionais da educação conheçam, reflitam e se tornem atores neste processo inclusivo.

Silva e Kuhlkamp (2020) afirmam que o marco normativo brasileiro sobre a Educação Especial, após consolidação de políticas internacionais e movimentos nacionais pela inclusão, define essa modalidade de educação como elemento transversal a todos os níveis e demais modalidades de ensino. No entanto, acrescentam ainda que um marco legal não garante necessariamente a efetivação de políticas inclusivas no contexto da prática. Para assegurar o direito à educação das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação, houve muitos estudos e mobilizações em nível nacional e internacional.

Lopes (2008) corrobora, afirmando que no contexto da educação inclusiva, portanto, pode-se entender a flexibilização ou adaptação como a resposta educativa que é dada pela escola para satisfazer as necessidades educativas de um aluno ou de um grupo de alunos, dentro da sala de aula comum, na medida em que o que se faz ou deve-se fazer são ajustamentos, adequações do currículo existente às necessidades do aluno.

É certo que as práticas pedagógicas inclusivas são respostas educativas extremamente importantes para atender as necessidades dos estudantes, na perspectiva da garantia do direito a aprendizagens significativas. Entretanto, estas encontram alguns entraves para sua efetivação no contexto da prática. (SILVA E KUHLKAMP, 2020).

Mas a colaboração do profissional da Educação Especial é de suma importância para a realização da flexibilização curricular necessária para o aluno ou classe, quando se pensa no acesso ao currículo pelo aluno com deficiência, pois a realização dessa flexibilização é o caminho para o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos (VALE; MAIA, 2010 apud SILVA E KUHLKAMP 2020).

2.2 O QUE É FLEXIBILIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE ATIVIDADES

Flexibilização e Adaptação curricular são estratégias utilizadas para tornar o currículo, as aulas e as atividades, mais dinâmicas, passíveis de alteração, podendo ser modificadas, de tal maneira que seja acessível a todos os alunos, inclusive àqueles com deficiência.

Flexibilização e adaptação curricular são possibilidades educacionais para dar suporte às dificuldades de aprendizagem. Pressupõe que se realize adaptação curricular, quando necessário, para torná-la apropriada às peculiaridades dos alunos com deficiência. (OLHER, 2018)

Flexibilização e adaptação, não quer dizer fazer um novo currículo, mas modificar o existente a fim de que seja acessível a todos os alunos daquele espaço escolar. Seja este aluno, típico ou atípico.

Conforme Fumes e Mercado (2014), a flexibilização curricular compreende as modificações necessárias realizadas em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas, ou seja, são estratégias de planejamento e de atuação docente voltadas às necessidades de aprendizagem de cada estudante, fundamentadas em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões com respeito ao que se deve aprender, como e quando e qual é a melhor forma de organizar o ensino para que todos sejam beneficiados.

A flexibilização pode acontecer tanto em aspectos físicos e estruturais, quanto em aspectos pedagógicos. E geralmente atendem às necessidades específicas de um aluno com dificuldade de aprendizagem, com transtorno ou deficiência. E os profissionais responsáveis por estes alunos é que possuem autonomia para buscar meios e métodos para realizar a adaptação da maneira mais adequada e que venha a colaborar com a inclusão dos discentes no chão da escola.

Segundo Glat e Oliveira (2012) as adaptações “São ajustes realizados no currículo para que ele se torne apropriado ao acolhimento das diversidades do alunado”, os autores acrescentam ainda que “São modificações do planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo ou em aspectos dele, de forma a acomodar todos os alunos.”

As adaptações envolvem diversos aspectos e fatores e acontecem em espaços diversos do ambiente educacional escolar, portanto, exigem conhecimento da real necessidade dos alunos, perceber e entender qual a deficiência ou transtorno, sinais e características, melhores recursos e estratégias a serem utilizados em cada situação, e também é preciso saber avaliar esse aluno com deficiência de maneira apropriada, para que este seja incluído com equidade no contexto escolar.

Segundo Heredero (2010), compreende-se como adaptação ou adequação curricular, “[...] toda e qualquer ação pedagógica que tenha a intenção de flexibilizar o currículo para oferecer respostas educativas às necessidades especiais dos alunos no contexto escolar” (2010, p.199). Dessa maneira, a adaptação é uma ação bem abrangente, ela acontece não somente para alunos com deficiência, ela pode ocorrer para todos os discentes de uma determinada sala de aula ou espaço escolar.

Heredero (2010) apud Zanato e Gimenez (2017, p. 294), explicitam que as adaptações curriculares “podem ser classificadas de acordo com o seu grau de significatividade, podendo ser denominadas como: adaptações curriculares extraordinárias, significativas, ou de grande porte; adaptações curriculares ordinárias, não significativas, ou de pequeno porte”.

Em relação às adaptações curriculares significativas ou de grande porte, são consideradas decisões e ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática; sendo assim, seu planejamento e execução são de responsabilidade de instâncias político-administrativas superiores (ARANHA, 2005).

De acordo com Aranha (2005, p.12), essas adaptações de grande porte devem “[...] permitir a alunos com deficiência que apresentam necessidades educacionais especiais o alcance de objetivos educacionais que lhes sejam viáveis e significativos [...]”, assim, as adaptações devem constituir-se como uma medida excepcional, devendo serem adotadas somente “[...] depois de haverem comparado cuidadosamente todas as circunstâncias que envolvem o aluno, e de terem fracassado outras medidas prévias, inclusive as adequações de pequeno porte” (HEREDERO, 2010, p. 205).

Conforme Zanato e Gimenez (2017), realizar ajustes menores e/ou maiores no currículo podem ser essenciais, os quais devem levar em consideração as necessidades educacionais especiais dos alunos de forma a atender às suas dificuldades e favorecer a sua aprendizagem.

2.3 TIPOS, CATEGORIAS E CRITÉRIOS DE ADAPTAÇÃO

Ao realizar o processo de adaptação no ambiente escolar, mais especificamente na sala de aula, faz-se necessário, de acordo com (GOUVÊA, 2009), considerar as seguintes questões:

- O que o aluno deve aprender;
- Como e quando aprender;
- Que formas de organização de ensino são mais eficientes;
- O que, como e quando avaliar.

É imprescindível conhecer o aluno, conhecer sua deficiência, compreender a forma como ele aprende, quais atividades, recursos ou estratégias são mais eficazes para ele, como avaliar este discente, pois independente da deficiência, cada estudante apresenta um perfil individual específico, possui especificidades que são únicas e exclusivas dele, portanto, o professor, antes de fazer a adaptação, necessita buscar, pesquisar e aprofundar o conhecimento sobre seu aluno, e para isto, pode ter como apoio o próprio professor de AEE, que realiza a interface com o

professor da sala comum (regular), para juntos fortalecem este contato e promoverem uma aprendizagem significativa aos alunos com deficiência.

As adaptações costumam ser classificadas quantos aos tipos, níveis, categorias. Brasil (2000), classifica-as em Categorias de Adaptações Curriculares de Grande e Pequeno Porte (Adaptações Significativas e Não Significativas). A seguir são descritos mais aspectos acerca dessa categorização.

2.3.1 Adaptações Curriculares de Grande (Adaptações Significativas)

Em relação às categorias de adaptações, a cartilha 5 do Ministério da educação (BRASIL, 2000, p. 9), descreve que algumas estratégias desenvolvidas no espaço escolar, compreendem ações que são da “competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática, etc. A essas, denomina-se Adaptações Curriculares de Grande Porte.”

As Adaptações Curriculares de grande porte contemplam as que acontecem no âmbito do Projeto Pedagógico, com foco na organização escolar e a disponibilização de serviços de apoio. Se refere também aos ajustes cuja implementação depende de decisões e de ações técnico-político-administrativas, que extrapolam a área de ação específica do professor, e que são da competência formal de órgãos superiores da Administração Educacional Pública

Para implementá-las deve-se considerar as reais necessidades dos alunos, com a necessidade de adotar critérios através de estudo de caso, critérios que evitem adaptações curriculares de grande porte desnecessárias, e focar na verdadeira aprendizagem do aluno. Elas podem ser “Adaptações de Acesso ao Currículo; Adaptação de Objetivos; Adaptação de Conteúdos; Adaptações do Método de Ensino e da Organização Didática; Adaptação de Temporalidade; Adaptação de Sistema de Avaliação. (BRASIL, 2000).

2.3.2 Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptações Não Significativas)

A cartilha 6 do Ministério da educação (BRASIL, 2000, p. 9) descreve as adaptações que compreendem modificações menores, de competência específica do professor. “Elas constituem pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula. A essas, então, se denomina Adaptações Curriculares de Pequeno Porte.”

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptações Não Significativas) são modificações “promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular, juntamente com seus parceiros coetâneos.” (BRASIL, 2000, p.8).

Brasil (2000, p.8) relata também que elas são classificadas como de Pequeno Porte (Não Significativas) “porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa e/ou técnica.”

Geralmente, as Adaptações de Pequeno Porte podem ocorrer nas mesmas categorias que as Adaptações de Grande Porte, diferenciando-se principalmente no que se refere à instância que por elas é responsável. São elas: Adaptações de Acesso ao Currículo; Adaptação de Objetivos;

Adaptação de Conteúdos; Adaptações do Método de Ensino e da Organização Didática; Adaptação do Processo de Avaliação; Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem. (Brasil, 2000).

Dessa maneira, áreas iguais poderão necessitar tanto Adaptações de Grande Porte, as quais deverão ser implementadas pelas instâncias político-administrativas superiores, como Adaptações de Pequeno Porte, as quais deverão ser realizadas pelos professores de acordo com suas funções e atribuições. Resumindo, as adaptações deverão ser implementadas, garantindo a cada aluno as respostas educacionais de que necessita, independentemente de serem de pequeno ou grande porte, bem como de qual natureza e complexidade o forem.

2.3.3 Outras formas de Categorização das Adaptações

Entre os critérios para adaptação / adequação, é importante conhecer o aluno e suas especificidades / necessidades educacionais, o seu Nivelamento da aprendizagem e também potencializar/aprofundar o currículo de forma gradual. Sempre considerando os aspectos relevantes-adequação de atividade, como por exemplo: Especificidade; Hiper foco; Abordagem visual imagética; Comandos claros, objetivos e sucintos; Enunciados ou textos breves/curtos; priorizar/selecionar conteúdos; Redução de questões/alternativas.

Esses aspectos são essenciais para que seja garantida a aprendizagem e a inclusão de cada aluno segundo a necessidade de cada um.

Conforme Heredero (2010) as adaptações curriculares individuais devem ocorrer caso outras medidas como as adaptações grupais e atividades de reforço não derem resultado, constituindo-se como ajustes ou modificações que não podem ser compartilhados pelos demais alunos. Devem ocorrer pelo menor tempo possível e em ambiente menos restritivo, possibilitando que esse aluno possa, gradativamente, participar da maneira mais comum do ensino.

Ajustes menores e/ou maiores no currículo podem ser necessários; estes devem sempre levar em consideração as necessidades educacionais especiais dos alunos de forma a atender às suas dificuldades e favorecer a sua aprendizagem. (ZANATO E GIMENEZ, 2017).

Em análise de documentos acerca da Adaptação, foi verificado um quadro que no site do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, foi localizado um documento intitulado Plano de Adaptação Curricular, nele é possível encontrar as adaptações classificadas em Tipos, Níveis e Categorias.

ADAPTAÇÃO CURRICULAR - Tipos		
Tipos	Pouco (ou não) Significativas: São a maioria das adaptações realizadas nas escolas, pois são modificações menores no currículo regular que o professor consegue realizar com facilidade no seu planejamento docente, constituem pequenos ajustes nas atividades de sala de aula.	Significativas ou de Grande Porte: São adaptações que implicam grandes modificações no currículo regular e, como consequência podem ter efeitos na certificação do aluno. A sua implementação envolve não só o professor de sala de aula, mas toda a comunidade escolar, sendo imprescindível que tal estratégia educativa esteja prevista em seus

		documentos institucionais, tais como PPI, Regimento.
Organizativas: englobam organizações: didática, de tempo e de espaço. Exemplos: agrupamento de alunos, organização didática da aula (conteúdos e objetivos de interesse do aluno ou diversificados), disposição do mobiliário, de materiais didáticos e tempos flexíveis.	<u>Organização:</u> ☐ De agrupamentos ☐ Didática ☐ Do espaço	
Objetivos e Conteúdos: definem prioridade de áreas e conteúdos de acordo com critérios de funcionalidade; ênfase nas capacidades, habilidades básicas de atenção, participação e adaptabilidade dos alunos; sequência gradativa de conteúdos, do mais simples para o mais complexo; previsão de reforço de aprendizagem como apoio complementar; conteúdos básicos e essenciais em detrimento de conteúdos secundários e menos relevantes.	<u>Objetivos e conteúdos:</u> ☐ Priorização de áreas ou unidades de conteúdos ☐ Priorização de tipos de conteúdos ☐ Priorização de objetivos ☐ Sequenciação ☐ Eliminação de conteúdos secundários	<u>Objetivos e conteúdos:</u> ☐ Eliminação de objetivos básicos ☐ Introdução de objetivos específicos, complementares e/ou alternativos ☐ Introdução de conteúdos específicos, complementares ou alternativos; ☐ Eliminação de conteúdos básicos do currículo
Avaliativas: consistem na seleção de técnicas e instrumentos de acordo com a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos.	<u>Avaliação:</u> ☐ Adaptação de técnicas e instrumentos ☐ Modificação de técnicas e instrumentos	<u>Avaliação:</u> ☐ Introdução de critérios específicos de avaliação ☐ Eliminação de critérios gerais de avaliação ☐ Adaptações de critérios regulares de avaliação ☐ Modificação dos critérios de promoção

Procedimentos Didáticos e Atividades de ensino-aprendizagem: remetem à alteração e seleção de métodos, às atividades complementares, prévias e alternativas, aos recursos de apoio, à alteração dos níveis de complexidade da tarefa, à seleção e adaptação de material, tempos flexíveis no que se refere à duração e ao período das atividades propostas. A ênfase em parcerias com instituições especializadas e a manutenção de estruturas e serviços de apoio paralelos representam um esforço de conciliação entre modelos conceituais conflitantes.	<u>Procedimentos didáticos e atividades e-a:</u> () Modificação de procedimentos () Introdução de atividades alternativas às previstas () Introdução de atividades complementares às previstas () Modificação do nível de complexidade das atividades () Eliminação de componentes () Sequenciação das tarefas () Facilitação de planos de ação () Adaptação dos materiais () Modificação da seleção dos materiais previstos	<u>Metodologia e Organização Didática:</u> () Introdução de métodos e procedimentos complementares e/ou alternativos de ensino e aprendizagem () Organização () Introdução de recursos específicos de acesso ao currículo
Temporalidade: refere-se ao ajuste temporal previsto para atividades, avaliações ou conteúdos, alteração no período (meses/anos) para alcançar determinados objetivos.	<u>Tempo:</u> () Modificação de tempo para determinados objetivos e conteúdos previstos () Modificação do tempo para atividades avaliativas () Não se aplica	<u>Tempo:</u> () Prolongamento de um ano ou mais de permanência do aluno na mesma série ou no ciclo (retenção) () Não se aplica

Adaptado de Brasil (1998), Manjón (1995) e Sá (2012)

ADAPTAÇÃO CURRICULAR - Níveis		
No âmbito do Projeto Político Pedagógico (Currículo Escolar): referem-se a adaptações gerais do currículo, flexibilizando-o para atender as necessidades especiais de algum aluno, facilitando sua aprendizagem. Destina-se principalmente para a organização escolar e serviços de apoio. ()	No currículo desenvolvido na sala de aula (Plano de Aula): a adaptação é elaborada pelo professor e deve ter o foco na programação de atividades na sala de aula e os procedimentos didático-pedagógicos, favorecendo a efetiva participação do aluno e sua aprendizagem. Deve ser levada em conta a metodologia utilizada, o planejamento, a organização do tempo e espaço, a utilização e adaptação de recursos materiais e didáticos. ()	No nível individual: o foco está na atuação do professor na avaliação e atendimento ao aluno, respeitando as individualidades e necessidades de cada um, observando o que interfere na sua aprendizagem. ()

Adaptado de Brasil (1998)

ADAPTAÇÃO CURRICULAR – Categorias Correspondem ao conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais do ensino bem como nos recursos pessoais do professor quanto ao seu preparo para trabalhar com os alunos e as diversidades no ambiente escolar. São definidas como alterações ou recursos espaciais, materiais ou de comunicação que venham a facilitar os alunos com necessidades educacionais especiais a desenvolver o currículo escolar.	
Adaptações de Acesso ao Currículo: Correspondem ao conjunto de modificações nos elementos físicos (acessibilidade física) e materiais do ensino bem como nos recursos pessoais do professor quanto ao seu preparo para trabalhar com os alunos e as diversidades no ambiente escolar. São definidas como alterações ou recursos espaciais, materiais ou de comunicação que venham a facilitar os alunos com necessidades educacionais especiais a desenvolver o currículo escolar. ()	Adaptações nos Elementos do Currículo: Focalizam as formas de ensinar e avaliar, bem como os conteúdos a serem ministrados, considerando a temporalidade. São definidas como alterações realizadas nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos. São de dois tipos: () Adaptações metodológicas e didáticas: realizam-se por meio de procedimentos técnicos e metodológicos, estratégias de ensino e aprendizagem, procedimentos avaliativos e atividades programadas para os alunos. () Adaptações dos conteúdos curriculares e no processo avaliativo: consistem em adaptações individuais dentro da programação regular, considerando-se os objetivos, os conteúdos e os critérios de avaliação para responder às necessidades de cada aluno).

Adaptado de Brasil (1998)

Os quadros acima especificam a classificação das adaptações conforme os tipos, categorias e níveis. De posse dessa classificação mais organizada, o professor da sala comum poderá elaborar suas aulas de forma objetiva e mais clara, quanto à adaptação que será desenvolvida com aquela turma e aquele aluno.

A realização das adaptações não é tarefa fácil, será muito difícil, por exemplo, para o professor, articular adaptações curriculares com salas de aula superlotadas, sem o apoio de uma equipe interdisciplinar ou da equipe técnico-pedagógica da escola, sem receber das instituições formadoras subsídios concretos, sem uma qualificação em serviços de qualidade, sem dispor dos apoios e complementos para o seu aluno com necessidades especiais (MOREIRA; BAUMEL, 2001, p. 11).

Em relação ao ato de flexibilizar e adaptar, Santos e Cruz (2022), reforçam que esse processo exige do profissional educacional da sala de aula uma formação continuada que abranja essa dimensão, mas que além disso, necessita também de recursos acessíveis, investimento educacional por parte da gestão federal, estadual e municipal, visto que a inclusão é um processo coletivo.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Para elaboração deste trabalho utilizou-se pesquisa com abordagem qualitativa. Segundo Coelho (2019) neste tipo de pesquisa considera-se que existe uma relação entre o mundo e o sujeito além daquela traduzida em números. Essa modalidade de pesquisa é descritiva, e o pesquisador tende a analisar seus dados por meio indutivo. A análise qualitativa, permite a compreensão a respeito das complexidades da temática abordada, a heterogeneidade dos conceitos e classificações sobre os termos adaptação e flexibilização, os desafios enfrentados pelos profissionais da sala comum e os resultados favoráveis à aprendizagem discente diante da realização da adaptação e flexibilização curricular.

Quanto aos objetivos será exploratória, pois objetiva proporcionar maior familiaridade com um problema. Por isso, envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema, além da análise de exemplar.

Em relação aos procedimentos, a pesquisa será bibliográfica, na qual esta pesquisa é elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos, periódicos, internet, etc. É um tipo de levantamento bibliográfico. Neste sentido, Gil (2007, p.44), explica que “os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema”. Assim, a pesquisa será desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, físicos, virtuais e on-line. Terá o propósito de fazer um apanhado completo sobre a temática estudada.

Desta maneira, do ponto de vista da coleta de dados, esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, pois consiste em uma análise de trabalhos disponíveis na plataforma Google Acadêmico cujos temas estavam relacionados à adaptação e flexibilização curricular. A revisão bibliográfica permite que o pesquisador torne suas intenções ainda mais conscientes e articuladas, bem como desenvolva sua própria maneira de fazer a pesquisa, ao observar como outros pesquisadores procederam em seus estudos. Além disso, a pesquisa bibliográfica permite acesso ao conhecimento acumulado ao longo dos anos em diferentes campos do conhecimento. Através das fontes bibliográficas, é possível ter acesso a teorias, conceitos, descobertas e debates desenvolvidos por especialistas e pesquisadores em determinada área. Isso contribui para a disseminação e compartilhamento de informações relevantes e atualizadas, possibilitando o avanço do conhecimento em diversos campos. (MENEZES et al, 2019).

As buscas pelos trabalhos nas bases de dados Google Acadêmico ocorreram entre os meses de julho a setembro de 2023, considerando os documentos publicados entre 2017 e 2023. Esse recorte temporal é importante pois limitar o escopo da revisão permite que o pesquisador se concentre nas publicações mais recentes e relevantes, garantindo que a revisão esteja em sintonia com as descobertas e debates mais recentes (Dorsa, 2020 apud Carvalho e Amorim, 2023). Nesse contexto, os trabalhos foram selecionados por meio de análise dos resumos, cujos assuntos estavam de acordo com a temática da pesquisa. Assim, os artigos que não atenderam os critérios de inclusão foram descartados.

O tema selecionado nos documentos descrevia justamente o tema do trabalho Flexibilização Curricular e Adaptação de Atividades Educação Especial e Inclusiva. Abaixo temos o Quadro 1 que apresenta o fluxograma referente aos trabalhos selecionados, cujos assuntos estavam relacionados à temática pesquisada.

Quadro 1 – Etapas da seleção de documentos

Identificação dos Estudos das Bases de Dados			
Etapa 01	Identificação	Artigos selecionados por base de dados (n= 60) Google Acadêmico (n= 30) Plataforma IFPI (n= 30)	
Etapa 02	Triagem	Artigos excluídos: (n= 58) Pelo Resumo (n= 5) Pelo Título (n= 53)	
		Leitura completa (n= 3)	Artigos excluídos: (n= 58) Artigos que não atenderam critérios de elegibilidade (n= 58)
Etapa 03	Inclusão	Artigos incluídos: (n= 2)	

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos descritores utilizados e dos critérios de inclusão e exclusão apresentados no fluxograma anterior foram selecionados documentos que estão relacionados com o título e objetivos dessa pesquisa, ou seja, a flexibilização curricular e adaptação de atividades, a fim de tornar a Educação mais inclusiva. Nesta seção foram analisados os artigos e textos acadêmicos encontrados, quanto a seus títulos, autores, ano, tipo de trabalho, conforme mostra o quadro 2.

Quadro 2 – Documentos sobre o tema do artigo Flexibilização Curricular e Adaptação de atividades: Por uma Educação Inclusiva no Chão da Escola.

Autor/Ano	Tipo de documento	Título	Local de Publicação
SANTOS, M.B. CRUZ, L.M. (2022)	Artigo	Flexibilização Curricular e seus reflexos na prática e no ambiente escolar para a educação inclusiva.	Revista de Estudos em Educação e Diversidade. V.3, n. 9, p. 1-18, jul./set.2022.
SILVA, M. A. KUHLKAMP, M. C. (2020)	Artigo	Adaptação e Flexibilização Curricular: Breve Levantamento Bibliográfico	Caderno Intersaberes - v. 9, n. 21 – 2020
ZANATO, C. B.; GIMENEZ, R. (2017)	Artigo	Educação Inclusiva: Um Olhar sobre as Adaptações Curriculares	REVISTA @mbienteeducação • Universidade Cidade de São Paulo Vol. 10 • nº 2 jul/dez, 2017 - 289-303

Fonte: Adaptado de Carvalho, 2023.

A partir dos estudos realizados por Santos e Cruz (2022), percebe-se que a inclusão escolar é não é apenas questão de políticas públicas, e a pesquisa aborda a importância das flexibilizações curriculares na educação básica e os seus reflexos nas práticas pedagógicas referentes ao processo de inclusão de alunos/as com Deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, desenvolvendo uma abordagem com foco na adaptação ou flexibilização curricular nas práticas pedagógicas para o acesso e aprendizagem de alunos/as, público-alvo da Educação Especial.

Por sua vez, Silva e Kuhlkamp (2020), fazem um levantamento bibliográfico em relação aos conceitos dos termos adaptação e flexibilização curricular, ressaltando que essas práticas inclusivas, foram implementadas com o objetivo de garantir acessibilidade pedagógica aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação, além de e chegarem à conclusão de que há autores que utilizam as palavras adaptações e flexibilizações como sinônimos.

Enquanto que Zanato e Gimenez (2017) destacam que as adaptações curriculares constituem uma possibilidade para atender às dificuldades de alunos com deficiência, ou que apresentem dificuldades de aprendizagem, favorecendo a apropriação do conhecimento escolar e contribuindo com o seu processo de aprendizagem, buscando discutir o papel das adaptações curriculares para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, além de relacionar os níveis e categorias das adaptações, bem como, o papel da equipe gestora e dos professores neste processo de inclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo fazer uma pesquisa com a seguinte temática Flexibilização Curricular e Adaptação de atividades: Por uma Educação Inclusiva no Chão da Escola. A fim de que sejam sanadas as principais dúvidas acerca destes termos, como também para ressaltar a importância de realizar essa flexibilização no processo de ensino e aprendizagem do aluno da Educação Especial, proporcionando uma verdadeira inclusão para alunos com deficiência.

Teve como objetivos mostrar a importância da flexibilização e adaptação das aulas, atividades e avaliações elaboradas pelos professores da Sala Comum para os alunos com deficiência que fazem acompanhamento em Salas de Recursos Multifuncionais e AEE, além de conhecer a Legislação Pertinente à Adaptação para Educação Especial, compreender também a diferenciação entre os conceitos de Adaptação e Flexibilização e descrever os tipos, Categorias e Critérios de Adaptação. Afim de que o processo de ensino e aprendizagem do aluno da Educação Especial seja significativo e ocorra de fato a inclusão no chão da escola.

Para a busca do alcance desses objetivos foi realizada pesquisa bibliográfica, descrita no percurso metodológico, delimitando o tempo. A partir desta pesquisa os resultados encontrados foram os seguintes: A legislação acerca da adaptação e flexibilização curricular existe há um bom tempo, no entanto, nem todos os profissionais tem conhecimento sobre elas, fator que de certa forma dificulta a aceitação de que a adaptação é uma atribuição do professor da sala comum.

Outro aspecto constatado é a grande necessidade de formação e capacitação para esses docentes da sala regular, visto que estes normalmente não conhecem as características das deficiências apresentadas pelos discentes e conseqüentemente não sabem como melhor adaptar e flexibilizar aulas, atividades, de forma específica para os alunos público-alvo da educação especial. Assim, é necessário implementar cursos de formação continuada destinada a esses profissionais, para que haja uma efetivação nos critérios de especificidade em relação à deficiência dos discentes, desencadeando uma aprendizagem mais significativa e real.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva : garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola : necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Adaptações curriculares de grande porte. **Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Adaptações curriculares de pequeno porte. Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares** / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília : MEC/SEF/SEESP, 1998.

CARVALHO, Franciele de Moraes. AMORIM, Fúlvia Ventura Leandro. **O papel do professor na inclusão de alunos com transtorno do espectro autista no ensino da matemática: um estudo bibliográfico**. Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Cachoeiro de Itapemirim, 2023. Disponível em:
<<https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/3377/TCC%20Franciele%20de%20Moraes%20Carvalho.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso: 17 de set. de 2023.

COELHO, Beatriz. **Tipos de pesquisa: abordagem, natureza, objetivos e procedimentos**. 2019. Disponível em: < <https://blog.mettzer.com/tipos-de-pesquisa/>> Acesso: 20 de Abril. de 2023.

FUMES, N. L. F.; CALHEIROS, D. S.; MERCADO; SILVA, F. K. R.; BARBOSA, M. O.; SANTOS, S. D. G. **A formação continuada de professores de salas de recursos multifuncionais do município de Maceió/AL**. Teias (Rio de Janeiro. Impresso), v. 14, p. 71-87, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
GLAT, Rosana; OLIVEIRA, Eloizada Silva Gomes de. **Adaptação Curricular**. 2012. Disponível em: <http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/pdf/Adaptacao_curricular_pt.pdf > Acesso em 20 mar. 2023.

GOUVÊA, Edna. **Adaptação Curricular**. 25 set. 2009. Disponível e:
<<http://educacaoespecialedna.blogspot.com/2009/09/adaptacao-curricular-curriculo-e-um.html>> Acesso: 10 abr. 2023.

LOPES, E. **Flexibilização curricular: um caminho para o atendimento de aluno com deficiência, nas classes comuns da Educação Básica**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação/ Programa de Desenvolvimento Educacional/PDE, 2008.

MANJÓN, D.G.; GIL, J.R. & GARRIDO, A.A. **Adaptaciones curriculares - guía para su elaboración**. Granada-Espanha: Aljibe, 1995. Colección: Educación para la diversidad.
MENEZES, A. et al. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância**. Petrolina- PE: Fundação universidade federal do vale do São Francisco, 2019.

MOREIRA, L. C.; BAUMEL, R. C. Rocha. **Currículo em educação especial: tendências e debates**. Educar em Revista, Curitiba, n. 17, p. 125-137, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a10.pdf>. Acesso: 12 set. 2023.

OLHER, Roseli. **O que são Flexibilização e Adaptação Curricular**. 2018. Disponível em: < <https://ijc.blog.br/2018/03/09/o-que-sao-flexibilizacao-e-adaptacao-curricular/#:~:text=Flexibiliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20adapta%C3%A7%C3%A3o%20curricular%20s%C3%A3o,peculiaridades%20dos%20alunos%20com%20defici%C3%Aa> > Acesso: 05 Maio de 2023.

PIAUÍ. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CEE/PI nº 146/2017 (*)**. **Fixa normas para a Educação Especial no Sistema de Ensino do Estado do Piauí**. Site: www.ceepi.pro.br 1 Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/cee-pi-cee-pi-n-146-17_5c1a61b7f200d.pdf?query=ESPECIAL> Acesso: 10 Maio de 2023.

SÁ, Elizabet Dias de. **Adaptações Curriculares: diretrizes nacionais para a educação especial**. Disponível em: <<http://www.bancodeescola.com/verbete5.htm>> Acesso em: 24 ago. 2023.

SANTOS, M.B. CRUZ, L.M. **Flexibilização Curricular e seus reflexos na prática e no ambiente escolar para a educação inclusiva**. Revista de Estudos em Educação e Diversidade. V.3, n. 9, p. 1-18, jul./set.2022. Disponível: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/11390>. Acesso: 10 out. 2023.

SEBASTIAN HEREDERO, E. **A escola inclusiva estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares**. Acta Scientiarum. Education (Print). Maringá, v. 32 n 2, p. 193-208, 2010.

SILVA, Maria Aparecida da. KUHLEKAMP, Moacir Cesar. **Adaptação e flexibilização curricular: breve levantamento bibliográfico**. Caderno Intersaberes - v. 9, n. 21 – 2020. Disponível em: <<https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/908>> Acesso: 15 de set. 2023.

ZANATO, C. B.; GIMENEZ, R. **Educação Inclusiva: um olhar sobre as adaptações curriculares**. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 289–303, 2017. DOI: 10.26843/v10.n2.2017.30.p289 - 303. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/30>. Acesso em: 27 set. 2023.